INFORMATIVO
AGOSTO / 2018
SEEB IPATINGA
A força do trabalhador de Minas Gerais
Bancários EM AÇÃO
CONTRAF CUT
FETRAFI-MG CUT

TERCEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÃO AINDA NÃO CONSEGUE NADA DE CONCRETO DOS BANCOS

Setor que mais lucra no Brasil se recusa garantir empregos na CCT

O Brasil tem 27 milhões de pessoas desocupadas. São 13,7 milhões de desempregados, 6,2 milhões de subocupados e 7,8 milhões de pessoas que poderiam trabalhar, mas não trabalham, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geo-grafia e Estatística (IBGE). A reforma trabalhista do pós golpe, aprovada sob o pretexto de ampliar o mercado de trabalho, resultou no inverso: um em cada quatro brasileiros procuram trabalho e não conseguem. Muitos empregados perdem direitos.

Os bancos, exímios apoiadores do golpe, colaboram fortemente para esse cenário que agrava a crise no Brasil. Desde 2016, eliminaram 40 mil postos de trabalho bancário.

Por isso, na terceira rodada de negociação da Campanha 2018, realizada na quarta-feira (25), o Comando Nacional dos Bancários cobrou dos negociadores da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) uma garantia para os empregos e a contratação de bancários com todos os direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho, independente da remuneração ou escolaridade. E que os novos tipos de contratos previstos pela lei pós-golpe, como intermitente, temporário e terceirizado, só possam ser feitos mediante negociação com os sindicatos.

Os bancos reconheceram esses dados e afirmaram não querer promover demissões ou troca de bancários por empregados precarizados. E falam em "confiança" ao se recusar a colocar isso na Convenção Coletiva de Trabalho.

Segundo José Carlos Bragança, presidente do Sindicato dos Bancários de Ipatinga, os bancos deveriam documentar devidamente essa afirmação, resguardando os empregos dos bancários. "Os bancos no Brasil continuam lucrando mesmo neste cenário de crise em que estamos, mostrando que não há sustentabilidade alguma para a precarização das relações de trabalho, bem como da diminuição dos postos de trabalho bancário. Nada mais certo seria que esse direito esteja resguardado em nossa nova Convenção Coletiva de Trabalho."

Os cinco maiores bancos que atuam no país (Itaú, Bradesco, Santander, BB e Caixa) e compõem a mesa de negociação, empregam em torno de 90% da categoria. Em 2017 lucraram juntos R$ 77,4 bilhões, aumento de 33,5% em relação a 2016. No primeiro trimestre deste ano já atingiram R$ 20,6 bi em lucro, 18,7% a mais do que no mesmo período de 2017.

"Esse setor que ganha tanto, deve muito ao Brasil e aos brasileiros. Tem plenas condições de contratar mais bancários e ajudar a reduzir a extrema pobreza que desde o golpe só aumentou no país."

Principais reivindicações e as respostas dos bancos

CCT para todos

O Comando cobra que a CCT valha para todos os trabalhadores dos bancos, independentemente do nível de escolaridade ou da faixa salarial. Inclusive os hipersuficientes (que têm salários acima de R$ 11.291,60 e nível superior), que representam cerca de 90 mil empregados de bancos públicos e privados, e correm risco de perder direitos da CCT e a PLR. Os bancos não garantiram, mas ficaram de analisar a reivindicação.

Banco de horas

Os representantes dos trabalhadores não querem acordos individuais porque os bancários não têm governabilidade para resolver suas folgas, não podem negar o que é determinado pelas chefias. A lei pós-golpe libera esses acordos individuais e compensação em seis meses. O Comando disse não, explicando que os bancos muitas vezes marcavam a folga em cima da hora. E destacou que se precisa de um ano para compensar, é porque precisa de gente e tem de contratar. Uma nova proposta deve ser apresentada pela Fenaban.

Garantia no emprego e contra dispensa imotivada e em massa

Os bancos se negaram a garantir empregos e cláusula contra as demissões em massa, sob o argumento de que isso pode criar problema, travar a entrada e saída do mercado. O Comando lembrou que metade do setor tem trabalhadores estáveis e que isso nunca quebrou nenhuma empresa.

Garantia da gratificação de função

Os trabalhadores reivindicam que o banco não poderá reduzir ou retirar o valor da gratificação/comissão em quaisquer hipóteses. Mas a Fenaban afirmou que isso promove injustiça. Para os dirigentes sindicais, injustiça é com quem perde a gratificação e esse quadro causa insegurança para todos.

Terceirização e outras formas de contratação pós-golpe

Diante da lei trabalhista do pós-golpe, que liberou a contratação de terceiros e a contratação de empregados por tempo parcial, intermitente ou autônomos, os dirigentes sindicais querem proibir a troca de bancários por trabalhadores precarizados. A Fenaban pediu um crédito de confiança e informou que os bancos não estão terceirizando nem têm planos de fazer isso, ou utilizar esse tipo de contratação, mas não aceitaram colocar isso na CCT. Os dirigentes do Comando Nacional dos Bancários insistiram que se não será feito, pode e deve estar garantido na CCT.

Trabalho em home office

A Fenaban afirma querer avançar neste tema, permitindo um modelo híbrido que mescle uma parte do trabalho em casa e uma parte no banco, para o qual querem apresentar uma proposta. O Comando disse que a proposta deve levar em conta as condições de saúde e que não tenha custo do trabalho para o bancário.

Comissão sobre mudanças tecnológicas

Sobre a criação de uma comissão bipartite para debater, acompanhar e apresentar propostas em razão dos projetos de mudanças tecnológicas e os impactos no emprego bancário, a Fenaban informou que entendeu a mensagem, mas que existe uma preocupação sobre o sigilo das empresas e irá refletir sobre o tema.

Agências digitais

Os trabalhadores reivindicam que os serviços em agências bancárias digitais sejam desempenhados exclusivamente por bancários, visando garantir a qualidade de atendimento e proteção do sigilo bancário. Também querem que sejam respeitadas jornada e pausas para refeição e descanso de forma a proteger a saúde e evitar sobrecarga de trabalho. O Comando cobrou ainda o livre acesso dos dirigentes sindicais a essas unidades. A solicitação será analisada pela Fenaban, que dará resposta em uma nova rodada de negociação.

Homologação

O ato homologatório deve ser realizado nos sindicatos diante de sua função fiscalizadora da rescisão contratual e do devido pagamento de todos os direitos dos trabalhadores. Os bancos ficaram de analisar para informar se colocam na CCT, mas querem quitação total do contrato de trabalho após a homologação. Os dirigentes sindicais explicaram que a homologação abrange muita gente e que a quitação total depende de cada bancário.

Com informações Contraf-CUT

Pesquisa revela que os bancários são a categoria que mais se suicida

Ao contrário do que muitos pensam, sobre a estabilidade, facilidades e benefícios da profissão de bancário, esta é uma função que vem se mostrando altamente adoecedora. Pesquisa inédita da UnB revela que, entre 1996 e 2005, 181 bancários cometeram suicídio. Uma média de um suicídio a cada 20 dias, segundo informações reunidas pelo Ministério da Saúde.

Além disso, dados obtidos junto a um grande banco mostraram que, entre 1995 e 2008, 32% dos afastamentos de bancários decorreram de doenças do tecido músculo esquelético, como as Ler/Dorts, transtornos diretamente correlacionados com problemas da organização do trabalho. Outros 23% apresentaram transtornos mentais. E em algumas situações, a mesma pessoa possui os dois problemas, tanto o físico quanto o psicológico. Outro estudo, encomendado por entidades de classe dos bancários em 2006, demonstrou que aproximadamente 18 mil profissionais do país sofriam, à época, ideação suicida (vontade de tirar a própria vida).

Segundo a secretária de Saúde do Sindicato dos Bancários de Ipatinga, Helyany Gomes Oliveira, com as mudanças da reestruturação produtiva, um dos setores mais atingidos, foi o setor bancário. "Em recente estudo realizado pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), evidenciou-se a necessidade de propor uma forma de atenção as situações de adoecimento no trabalho bancário, bem como um trabalho efetivo nos processos de delimitações funcionais que muitas vezes não são bem trabalhadas e podem gerar outras formas de sofrimento/adoecimento muitas vezes invisibilizadas pelos novos modos de gestão", conta.

A alta taxa de suicídios e doenças do trabalho pode ser associada às transformações ocorridas no mercado financeiro a partir da década de 1990. Neste período, 430 mil bancários foram demitidos no Brasil. Se antes os bancos tinham lucros com a inflação, após 1995 o papel do bancário mudou, passando a ser vendedor e consultor. O vínculo mudou de uma hora para outra e a relação também. Começaram as pressões por metas e lucros exorbitantes, os assédios e violência moral, que infelizmente conhecemos bem hoje.

O suicídio pode ser considerado o desfecho para as situações que os bancários já não conseguem mais gerir, que fugiram ao controle e os afetam de tal maneira a os levarem a essa "saída". O estudo indica ser necessária a humanização das relações de trabalho nas empresas, com o cumprimento das legislações, sem pressões por metas que aumentam a cada dia, nem assédios por um ou outro motivo, treinamento constante dos gestores para lidarem com os subordinados.

Cenário atual

Helyany aponta ainda que no atual cenário pós-reforma, há propostas de reformulações dos direitos trabalhistas que apontam na direção de uma maior vulnerabilização das relações de trabalho com impactos diretos e indiretos sobre a saúde psíquica dos trabalhadores. "O Legislativo aprovou a terceirização irrestrita para as atividades laborais, o que terá reflexos nas condições de trabalho. Além disso, há a proposta de reforma previdenciária, que implica ampliação do período de contribuição e de trabalho para a aposentadoria. Essas medidas contextualizam-se num momento de crise econômica e fragilidade social, na qual se observa a diluição da linha de separação entre incluídos e excluídos, com claro rebaixamento dos padrões gerais de vida."

De acordo com Helyany o desemprego também figura como fator precarizador das relações de trabalhado. "Segundo o IBGE, o desemprego bateu recorde, atingindo 13,5 milhões de pessoas. Essa situação atende ao modelo de flexibilidade e precarização social do trabalho. Com o crescimento das condições precárias de trabalho, as pessoas aceitam submeter-se, pressionadas pela possibilidade do desemprego. Tais condições incrementam substantivamente os riscos à saúde dos trabalhadores, especialmente a saúde mental, em função de atuar na fragilização dos trabalhadores, operada pelos modelos de gestão e desregulação das relações de trabalho."

Após Reforma Trabalhista, despenca número de ações na Justiça

Os números apontam que, no fim do ano passado, havia 1,8 milhão de ações à espera de julgamento em todo o país; em maio deste ano, eram 1,5 milhão de processos.

A redução é atribuída à reforma trabalhista, imposta pelo grupo político que apoia o governo de Michel Temer (MDB) em novembro de 2017, que retirou uma série de direitos dos trabalhadores e criou obstáculos para a judicialização de questões trabalhistas.

Segundo o diretor Jurídico do Sindicato dos Bancários de Ipatinga, Selim Antônio de Salles Oliveira, as mudanças na legislação trabalhista prejudicam o trabalhador. "Na medida em que dificulta o acesso a justiça, precariza a representação dos trabalhadores pelos sindicatos, gerando todo um prejuízo."

Entre as mudanças instauradas pela reforma, por exemplo, está exigência de que, em caso de derrota, o trabalhador pague os honorários do advogado da empresa, mesmo quando reconhecido juridicamente como pobre — na prática, anulando dispositivo legal que isenta de custos processuais a parte que declarar não poder arcar com as despesas da ação judicial.

Para especialistas, a queda no número de ações representa o medo e a falta de informação dos trabalhadores e alguns sindicatos em relação às mudanças na legislação. É o que destaca o analista político e assessor parlamentar do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Marcos Verlaine.

"Quando a reforma trabalhista foi pensada, o objetivo dos patrões era, efetivamente, diminuir o número de ações na Justiça do Trabalho. Então, é natural que nesse primeiro momento o trabalhador e o sindicato recorram menos à Justiça do Trabalho para garantir direitos, em função de desconhecimento da lei e de medo de perder a ação. A rigor, não há o que comemorar", diz Marcos Verlaine.

Insegurança

O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano, destaca que nunca viveu período de tanta insegurança na Justiça do Trabalho.

"A reforma foi pouco discutida, teve poucos meses de tramitação, veio uma medida provisória em seguida e confundiu ainda mais as coisas. Dos 20 anos de magistratura que eu tenho, nunca houve tempo de tanta insegurança jurídica, porque há várias lacunas, contradições no texto da nova CLT", afirma Feliciano.

Além da oneração dos trabalhadores, a reforma também acabou com a obrigação de os sindicatos ou o Ministério do Trabalho revisarem a rescisão dos trabalhadores — e isso também teve efeito na Justiça do Trabalho.

As verbas rescisórias historicamente representam a maioria das ações trabalhistas. O relatório Justiça em Números, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mostra que, em 2014, elas representaram 44% das ações ingressadas no Judiciário. No relatório de 2017, já foram apenas 16,29% do total.

"O trabalhador não tem dinheiro para pagar advogado e ingressar com essa ação na justiça, então a relevância do sindicato é que ele fazia esse trabalho gratuitamente. Além disso, na medida em que o sindicato não participa, a negociação se dá de maneira muito desigual, tende muito mais para o lado patronal, que tem assessoria jurídica", explica Verlaine.

Diante das polêmicas nas mudanças trazidas pela reforma trabalhista, na última quinta-feira (21), o TST aprovou Instrução Normativa (IN TST 41/18) que define marco temporal para a aplicação das novas regras da CLT. A instrução define que as medidas não atingem situações iniciadas ou consolidadas antes da vigência da lei.

Futuro

Na opinião do analista político Marcos Verlaine, o número de ações trabalhistas voltará a crescer com o tempo. "Eu avalio que essa redução é momentânea, assim que o movimento sindical tiver mais conhecimento do conteúdo da lei, com todas as suas brechas inconstitucionais, a tendência é o número de ações aumentar, porque o objetivo dessa legislação é justamente suprimir direitos. Então, com o tempo, as ações terão que compensar o ônus de uma legislação que privilegia o patrão em detrimento do trabalhador", afirmou.

Justiça anula decisão que condenava bancária a pagar R$ 67,5 mil ao Itaú

O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1) anulou a sentença que condenava uma ex-funcionária do Itaú/Unibanco de Volta Redonda, no interior do Rio de Janeiro, a pagar R$ 67,5 mil ao banco para arcar com as bonificações dos advogados (oficialmente chamados de honorários sucumbenciais).

De acordo com o diretor Jurídico do Sindicato dos Bancários de Ipatinga, Selim Antônio de Salles Oliveira, a reforma trabalhista trouxe muita insegurança jurídica. "O entendimento sobre as questões jurídicas ficou prejudicado porque ficou ao encargo de cada juiz e de seu próprio entendimento da nova legislação, mas como esta ação foi anterior à nova lei não poderia ter sido julgada de acordo com ela, por isso houve essa correção da decisão, que é o correto."

Por unanimidade, a anulação da decisão foi confirmada pela 4ª Turma do TRT-1. Embora a ação tenha sido ajuizada em 11 de julho do ano passado, o juiz Thiago Rabelo da Costa, da 2ª Vara do Trabalho de Volta Redonda (RJ), levou em conta as novas leis trabalhistas, que começaram a vigorar a partir de 11 de novembro. Uma das mudanças prevê que a parte que perde no processo deve pagar as custas da parte vencedora.

Agora, a 4ª Turma do TRT-1 anulou a decisão de pagamento de multa ao Itaú baseando-se em uma instrução normativa aprovada no mês passado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Segundo essa orientação do TST, as novas leis trabalhistas só devem ser aplicadas em ações iniciadas após a entrada em vigor da reforma.

O Itaú pode recorrer da decisão do TRT-1.

Com informações UOL

Temer torra R$ 2,7 bi por dia em juros da dívida

A dívida pública federal, que inclui os endividamentos do governo dentro do Brasil e no exterior, teve aumento de 14,3% em 2017, para R$ 3,55 trilhões, segundo informações da Secretaria do Tesouro Nacional.

A título de comparação, do orçamento de 2018 foram reservados apenas R$ 130 bilhões para a saúde e R$ 89 bilhões para a educação.

O governo gasta quase a metade do orçamento para pagar juros e amortizações. Em nome desse compromisso com os bancos, a União corta e congela recursos para áreas sociais — a exemplo da Emenda Constitucional 95, que congelou por 20 anos investimentos na saúde e na educação — e paralisa a economia.

Para a auditora fiscal aposentada e fundadora do movimento "Auditoria Cidadã da Dívida", Maria Lúcia Fatorelli, essa distorção é a principal causa de o Brasil, apesar de ser um dos países mais ricos do mundo, ainda ter a maior parte da população na pobreza e na miséria.

"Por que faltam recursos na Saúde, na Educação, na Segurança? Por causa da supressão de recursos para o pagamento dos juros e amortização da dívida. Todo ano a dívida sobe quase a metade do orçamento federal. Em 20 anos, de 1995 a 2014, nós produzimos R$ 1 trilhão de superávit primário. Nós arrecadamos mais do que gastamos e para onde foi esse valor? Para pagar juros e amortização da dívida, no entanto, nesse período, a dívida saltou de R$ 89 bilhões para R$ 4 trilhões", diz Maria Lúcia.

"Essa política de superávit primário que corta todas as áreas para cumprir essa meta — de destinar o pagamento de juros e amortização — não foi suficiente para pagar nem os juros, porque a dívida se multiplicou por ela mesma. Além disso, a ela tem sido a desculpa, a justificativa para reformas como a da Previdência, para o corte de recursos em todas as áreas com objetivo de cumprir o superávit e também para privatizações", enuncia.

Fatorelli vê risco muito grande para o país na intenção de o governo Temer privatizar estatais importantes como a Eletrobras. "Se a gente perde a Eletrobras, como já foi a Vale e tantas empresas importantes, a gente perde o nosso patrimônio e para onde vai o recurso das privatizações? Para o pagamento da dívida. A dívida tem sido o centro dos problemas e as investigações que nós fizemos provam que há décadas não existe contratação de dívida para investimentos importantes. Ela tem servido é para remunerar sobras de caixas de bancos, para cobrir prejuízos do Banco Central, para transformar a dívida privada em dívida pública e uma série de outras ilegalidades e irregularidades", completa a auditora.

Com informações Monitor Mercantil

Conheça as parcerias que o Sindicato oferece para os bancários

Pensando em proporcionar facilidades no acesso a diversos serviços e estar presente no dia a dia dos bancários, o Sindicato dos Bancários de Ipatinga firma parcerias com diversas instituições da região. Com isso, os bancários associados contam com descontos em cursos, restaurantes, clubes, academias, entre outros. Confira nossas parcerias, se informe e aproveite os benefícios ofertados.

CONVENIOS ATIVOS

EMPRESA	TELEFONE	ENDEREÇO
AMABILE CENTRO ESTETICO	(31) 3617-9660	R. Euclídes da Cunha, 134 - Cidade Nobre, Ipatinga - MG
VIA ATHLETICA HORTO	(31) 3821-5917	R. Palmeiras, 1010, Horto - Ipatinga/MG
PITAGORAS	(31) 2136-2000	R. Jequitibá - Horto, Ipatinga - MG
ESCOLA DE MUSICA FERMATA	(31) 3822-2575	R. Milton Campos, 466 - Cid Nobre, Ipatinga - MG
USIPA	(31) 3801-4350	R. João Teixeira Sales, 801 - Horto, Ipatinga - MG
HOTEL DOM HENRIQUE	(31) 3848-9140	R. Quinze de Novembro, 510 - Centro Norte - Timóteo/MG
BAÍA CABRÁLIA	(31) 3848-9140	R. Vinte e Cinco de Agosto, 174 - Centro - Timóteo/MG
LFG INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL	(31) 3822-6856 / 98585-1013	R. Pte. Nova, 86, 3° andar, Sala 306 - Centro, Ipatinga - MG
LFG INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL	(31) 3842-1434 / 98585-1014	R. Duque de Caxias, 341 - Sala 104 - Centro, Fabriciano - MG
ZUMM AUTO LAVAGEM	(31) 3841-1591	R. Seminário Betania, 31, Coronel Fabriciano/MG

II Copa Bancários de Futebol Society promete agitar bancários

A Copa do Mundo acabou, mas a bola continua a rolar na II Copa Bancários de Futebol Society. Nos dias 4 e 5 de agosto será realizado, no Cariru Tênis Clube, o torneio de futebol society dos bancários.

A competição mais acirrada dos bancários acontece dentro de campo. Cada equipe mostra sua garra e entrosamento para conseguirem se sagrar campeões dos bancários. O momento é também de encontro e diversão com os colegas de trabalho e de outros bancos e de lazer com a família.

Todos os bancos já fizeram suas inscrições e a tabela de jogos já foi definida. Confira:

Chave A:

- BV Financeira
- Banco do Brasil
- Mercantil do Brasil

Chave B:

- Itaú
- Santander
- Bradesco

Dia 4 - Sábado

8h30	1º jogo	Mercantil X Banco do Brasil
9h30	2º jogo	Bradesco X Itaú
15h	3º jogo	BV Financeira X Perdedor 1º jogo
16h	4º jogo	Santander X Perdedor 2º jogo

Dia 5 - Domingo

8h30	1º jogo	BV Financeira X Ganhador
9h30	2º jogo	Santander X Ganhador
10h30	3º jogo	3º Lugar X 4º Lugar
11h30	4º jogo	FINAL

Baile dos Bancários

Clube do Cavalo - Ipatinga

25 de agosto de 2018

A partir das 23 horas

Endereço: Br 458, Ipatinga - MG.

SEEB IPATINGA

Convite Sindicalizado: R$ 50,00

Convite Individual: R$ 150,00

Atenção: Traje Estilo Country

Teremos Cantinho Mineiro, Caldos Variados e aquele Chopp da hora!

Solicitação do convite pelo site de 30/07 a 10/08 | retirada do convite de 13 a 17/08

Acesse nosso site e nossas redes sociais:

www.bancariosipatinga.com.br

facebook.com/SEEBIpatinga

Instagram/seebipatinga

twitter.com/SeebIpatinga

Informativo SEEB Ipatinga — Bancários EM AÇÃO

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Ipatinga e Região

Rua Jacarandá, 612 - Horto - Ipatinga/MG
Telefax: (31) 3824-8572 / 3824-8978
www.bancariosipatinga.com.br

Presidente: José Carlos Bragança
Secretário de Imprensa: Eustáquio Vieira Santos
Diagramação: Ericson A. Rodrigues - Reg. 1947/MG
Jornalista: Ludmilla Oliveira - Reg. 19083-MG.
Impressão: Scrithos Gráfica / **Tiragem:** 800